

MANDONISMO E PODER LOCAL NO SERTÃO DA RESSACA

MANDONISMO AND LOCAL POWER IN THE SERTÃO DA RESSACA

*Belarmino de Jesus Souza**

RESUMO

No presente artigo pretendemos abordar as relações de poder e as disputas políticas na cidade de Conquista (atual Vitória da Conquista) durante a denominada República Velha (1889-1930), refletindo sobre os fenômenos do coronelismo, mandonismo e a influência da endogamia conquistense nas disputas pelo controle da municipalidade, bem como as inter-relações entre o poder local e o Estadual.

PALAVAS CHAVES: *Primeira República. História Regional. Coronelismo. Vitória da Conquista.*

ABSTRACT

In this article, we intend to approach the power relations and political disputes in the city of Conquista (currently Vitória da Conquista) during the so-called Old Republic (1889-1930), reflecting on the phenomenon of coronelismo, mandonismo and the influence of conquistense endogamy on the disputes for the control of the municipality, as well as the interrelationships between local and state power.

KEYWORDS: *Old Republic. Regional History. Coronelismo. Vitória da Conquista.*

Vitória da Conquista é uma cidade localizada no sudoeste do Estado da Bahia, numa região denominada inicialmente pelos conquistadores portugueses como Sertão de Ressaca, compreendida entre o Rio Pardo, ao sul, e o Rio das Contas, ao norte (15° de latitude sul / 41° de longitude oeste).

Ao longo de seu processo histórico a localidade contou com diferentes denominações. Inicialmente, no final do século XVIII, a povoação incrustada no sopé da Serra do Periperi foi nomeada como Arraial da Vitória. Em 1840, após ter sido vinculada a Jacobina, Rio de Contas e, depois, a Caetité, por meio da Lei Provincial n. 124, foi elevada à condição de vila, recebendo a denominação de Imperial Villa da Victória.

* Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) e docente do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ProfHistória-Uesb). Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pós-doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Évora, Portugal. E-mail: belarmino.souza@uesb.edu.br

Na recém-criada vila, o tronco familiar formado pela sequência Gonçalves da Costa, Oliveira Freitas e Fernandes de Oliveira, foi a base para a formação de uma organização de poder local firmado na articulação de famílias que se juntaram a estas. Esse fenômeno é aqui tratado como endogamia conquistense. Aquelas famílias controlavam as instâncias de poder político, jurídico e ideológico, controlavam a propriedade da terra e as principais atividades econômicas.

O público e o privado não contavam com demarcações fronteiriças na Imperial Vila da Vitória. Questões de família e questões policiais poderiam se misturar, dando a pequenos delitos dimensões maiores e desdobramento de perseguição, exercida com arbitrariedade e parcialidade ao gosto dos grandes proprietários locais (IVO, 2004, p. 97).

Diferentemente do que ocorria em outras regiões dos sertões baianos, os líderes políticos conquistenses, tanto no Império quanto na Primeira República, não extrapolaram em influência ou intervenções as divisas da municipalidade. Suas preocupações e disputas estiveram limitadas às questões internas e paroquiais. Existiam famílias em destaque no seio da endogamia conquistense, como os Fernandes de Oliveira, Ferraz de Araújo e Nunes de Oliveira, mas não delas não despontou, durante o período imperial, nenhum grande líder político (Cf. IVO, 2004, p. 48 e 153).

A Imperial Vila da Vitória era pouco importante, mas, em fins do século XIX, despontaram lideranças. Dentre os que se destacaram no exercício do poder à frente da articulação endogâmica, a maior expressão foi de José Fernandes de Oliveira, o Cel. Gugé. Tendo o seu valor local, oriundo do pertencimento ao tronco principal da elite conquistense, ele mantinha relação de parentesco com as demais famílias da cidade. Este, indubitavelmente, foi um dos elementos que contribuíram para a primazia política exercida pelo Cel. Gugé, inserida nos parâmetros do coronelismo, forma assumida pelo mandonismo local na Primeira República.

O coronelismo foi um dos fenômenos mais marcantes da história política brasileira, especialmente no período da Primeira República, ou República Velha, compreendido entre os anos de 1889 e 1930. Existem divergências quanto à sua continuidade ou não após o período citado. Sobre a origem do coronelismo no Brasil, explica Barbosa Lima Sobrinho, no prefácio à segunda edição de *Coronelismo, enxada e voto*, de Vítor Nunes Leal (1997, p. 18):

A Guarda Nacional, criada em 1831, para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais¹

No mesmo livro, a pedido de Leal, Basílio de Magalhães apresentou a origem da palavra coronelismo:

Incontestavelmente a remota origem do seu sentido translata aos autênticos e falsos “coronéis” da extinta Guarda Nacional. [...]. A Guarda Nacional nasceu a 18 de agosto de 1831, tendo tido o Padre Diogo Antônio Feijó por pai espiritual.

¹ O Prefácio foi rerepresentado na terceira edição do livro.

Determinou a lei que ficasse ela sujeita ao ministro da Justiça (cargo então desempenhado pelo imortal paulista), declarando-se extintos os corpos de milícias e de ordenanças (assim como os mais recentes guardas municipais) que dependiam do ministro da Guerra (MAGALHÃES *apud* LEAL, 1997, p. 289-290).

Eul-Soo Pang, por sua vez, explica a origem do coronelismo da seguinte forma:

A raiz do coronelismo brasileiro encontra-se no período colonial, entretanto essa forma de poder político atingiu a culminação entre 1850 e 1950. O termo “coronel” significa literalmente coronel, um posto militar originado nas milícias coloniais do fim do século XVIII, apesar de muitos acharem que o título provém da Guarda Nacional. O “coronel”, de modo geral, era o comandante militar de uma brigada da Guarda Nacional ou de um regimento num município. [...]. Em suma, o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalece, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevaleceram durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial. Os anos-limite dessa fase são 1850-1950 (PANG, 1979, p. 7-63).

O processo histórico de Vitória da Conquista confirma a afirmação do estudioso coreano. A efetiva conquista do Sertão de Ressaca, como foi descrita, se deu por meio da investida de um capitão, que, por seus feitos a serviço da Coroa, foi elevado a coronel. Trata-se de João Gonçalves da Costa, que fazia parte do terço de Henrique Dias, milícia constituída no período colonial, criada por D. João IV, ainda no século XVII. Todavia, as patentes exibidas por seus descendentes (Coronel Pompílio Nunes, Coronel Gugé, dentre outros) estão contextualizadas na tradição que emergiu a partir da instituição da Guarda Nacional. A única exceção refere-se à patente de capitão usada por Antônio Dias de Miranda, herdada de seu pai, João Gonçalves da Costa, quando este ascendeu à condição de coronel do terço de Henrique Dias.

Nunes Leal conceituou o coronelismo como

[...] uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. [...] O coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. [...] Paradoxalmente, entretanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável. [...] Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 1997, p. 40-41).

Leal reconhece que nem todos os chefes políticos municipais são autênticos “coronéis”, pois, com a propagação de cursos superiores, apareceram, em todos os rincões, profissionais liberais, destacadamente bacharéis em direito e médicos, que, com a sua suposta ou real ilustração acadêmica, acrescida de dedicação e capacitação de comando, lograram, em muitos locais, a chefia política. Mas estes, normalmente, eram parentes e/ou aliados dos coronéis. Assim, Leal passa adiante a ideia de que

apenas o grande proprietário pouco ilustrado poderia ser o autêntico coronel, de certo modo, descartando a possibilidade de os ilustrados doutores serem autênticos coronéis.

A conquista do Sertão da Ressaca empreendida pelo sertanista João Gonçalves da Costa, seus filhos e comandados, foi marcada por uma conduta de ocupação e privatização da área. O território conquistado foi tratado como área privada, legada nos testamentos para os herdeiros dos conquistadores e alienada, quando conveniente. Os compradores, famílias originárias de outras regiões, se integraram, ao longo do século XIX, ao tronco familiar já fixado na região. A propriedade da terra e o controle das atividades econômicas na região ficaram submetidos ao controle privado das famílias. A cidade e as questões pertinentes à administração também foram controladas pelas mesmas famílias, nas quais se efetivou o poder privado, originado no mandonismo, herdado dos conquistadores da região, que remonta ao período colonial.

A economia local permaneceu voltada para atividades primárias, com maior peso à pecuária, mas contando com atividades subsidiárias, como a agricultura de subsistência. Tais atividades eram desenvolvidas nas grandes propriedades, onde se formavam verdadeiras parentelas. O relativo isolamento em que a cidade permaneceu, até as primeiras décadas do século XX, limitava as possibilidades da atividade comercial e o parco comércio existente era controlado por indivíduos pertencentes às parentelas. O tipo de atividade econômica predominante dificultava a vida e determinava a dependência e a submissão por parte dos moradores em relação àqueles que controlavam as atividades produtivas na região.

O caráter oligárquico do poder, exercido de forma endogâmica pelas famílias das elites locais, significava que ter o controle da Câmara na Imperial Vila da Vitória, ser Intendente, ou Conselheiro Municipal – após a Proclamação da República – implicava em ter condições de colocar o público a serviço dos interesses privados das parentelas. Nas eleições, na Imperial Vila da Vitória, o controle da Mesa Paroquial, composta por um presidente, juiz de fora ou ordinário, ou quem estivesse em tal condição na freguesia, era fundamental para o sucesso de uma dada facção no pleito eleitoral. Em concordância com o pároco, eram indicados dois secretários e dois escrutinadores. Não havendo qualificação prévia dos eleitores, a mesa acatava ou rejeitava os votantes de forma arbitrária, determinando, decisivamente, os resultados eleitorais. Mesmo com limitada participação de eleitores – cerca de trinta e dois, em média por pleito, entre 1842 e 1852 – restritos às parentelas, as disputas eram acirradas, sendo suspensas em 1860 e contando com um assassinato em 1876 (IVO, 2004, p. 117-136).

A afirmação do regime republicano, gradativamente, transformou o modo de conceber o poder na cidade. O posto de Intendente personalizava, desde então, o poder da municipalidade, situação que provocava ambições e dinamizava as vaidades pessoais. As disputas no meio das famílias conquistenses passaram a ocorrer com maior frequência e emergiram outras facções políticas. A maior proximidade entre as instâncias de poder foi outra mudança, em termos políticos. O federalismo, traço marcante da Primeira República, limitou o relativo nível de autonomia outrora desfrutado pelos mandões locais. No novo contexto, era necessário negociar com o poder estadual, sendo imprescindível a articulação com

lideranças e grupos políticos da capital. Os moradores da *urbe* sertaneja poderiam ter a sensação de que o poder dos “coronéis” permanecia intacto; todavia, mais do que nunca, o poder dos mandões locais era firmado na reciprocidade e na negociação com instâncias superiores do poder de Estado (RESENDE, 1989).

Com a República, surgiram novas lideranças no seio das famílias conquistenses. Os Coronéis Francisco José dos Santos Silva – Chico Santos, falecido em 9 de novembro de 1909 – e José Fernandes de Oliveira – Cel. Gugé – despontaram como os principais líderes. Chico Santos nasceu em 1848 e era filho dos fundadores da família Santos, Manoel José dos Santos Silva e Ana Angélica de Lima.² Gugé, nascido em 1844, era filho de Luiz Fernandes de Oliveira e Tereza de Oliveira Freitas³. Os Fernandes de Oliveira formavam o tronco basilar ao qual as outras famílias que formaram a endogamia conquistense se vincularam (VIANA, 1982, p. 195-197).

Chico Santos e Gugé, entre o final do século XIX e início do século XX, devido às origens e vínculos familiares, somados aos de amizade e de clientelismo, corporificaram a tradição e o poder da endogamia conquistense. Eles marcavam uma centralidade dessa endogamia no tronco Fernandes de Oliveira/Santos. O poder não emergia apenas da fortuna. Vinha do reconhecimento que conquistaram entre seus pares. Também pode ser creditado a uma dose de carisma que dispunham para o exercício da liderança, traço mais presente em José Fernandes de Oliveira, que, desde o advento da República até o seu falecimento, em 1918, foi a grande liderança política em Conquista.

Dos titulares do executivo municipal do período, somente o Cel. José Antônio de Lima Guerra, que foi intendente entre 1896 a 1903, poderia ser considerado de oposição ao Cel. Gugé. O primeiro intendente, o Cel. Joaquim Correia de Melo (1872 a 1895,) era seu amigo com ele se articulava politicamente. Estevão José dos Santos (1904 a 1906) também era ligado a Gugé e casado com uma sobrinha do coronel. Dr. João Diogo de Sá Barreto (1906 a 1907) era seu genro, e apenas devido ao seu apoio foi eleito Deputado Estadual. O Cel. José Maximiliano Fernandes de Oliveira, o Cazuzza Fernandes (1908 a 1911) era sobrinho do poderoso chefe local. (VIANA, 1982, p. 217). Entre 1912 e 1915, Gugé exerceu pessoalmente a intendência. Foi substituído por Leôncio Sátiro dos Santos, seu genro, que ficou à frente da municipalidade no período de 1916 a 1919 (TANAJURA, 1992, p. 77-79).

Destacaram-se na condição de opositores a José Fernandes de Oliveira os coronéis Pompílio Nunes de Oliveira e Manoel Emiliano Moreira de Andrade (Cel. Maneca Moreira), detentores da primeira e da segunda maior fortuna da cidade, respectivamente. Pompílio era primo em terceiro grau do Cel. Gugé (VIANA, 1982, p. 205-206). Maneca Moreira, por sua vez, era afilhado do velho coronel (VIANA, 1982, p. 242-243). Eles detinham fortuna, mas enquanto Gugé viveu não foi jamais suplantado pelos rivais. Os laços parentais reforçam, ainda mais, o caráter endogâmico do poder na Conquista daqueles tempos: as mesmas parentelas estavam tanto na situação quanto na oposição.

² Dos nove herdeiros do casal, seis se casaram com membros da família Fernandes de Oliveira.

³ Neta do sertanista João Gonçalves da Costa.

Os antecedentes da rivalidade envolvendo José Fernandes de Oliveira Gugé e Pompílio Nunes de Oliveira estão provavelmente nas disputas que envolveram seus pais, ainda na Imperial Vila da Vitória. Nos pleitos eleitorais de meados do século XIX, o tenente José Nunes Bahiense⁴ – pai de Pompílio Nunes de Oliveira – liderava o “Partido Munheca”, em oposição ao “Partido da Vereda”, articulação dos Fernandes de Oliveira e Ferraz de Araújo (IVO, 2004, p. 128).

O clima mais conflituoso entre os partidários de Gugé e seus opositores se dava nos momentos de disputas nos pleitos; todavia predominava relativa tranquilidade nos espaços entre as eleições. O carisma, a respeitabilidade e a autoridade moral detidos pelo velho coronel talvez justifiquem o predomínio de tal situação. Apesar de ocupar a condição de um dos maiores opositores ao padrinho, Maneca Moreira conservava certo respeito por ele, o que é destacado por Orrico (1982, p. 55):

Maneca tornara-se adulto, ouvindo contar estórias a respeito do padrinho e fizera-se seu admirador. Gostava realmente dele. De certa feita, quando o velho atravessava sérias dificuldades financeiras, auxiliou-o espontaneamente, enviando-lhe poludos presentes, através da madrinha. Uma elegante maneira de o auxiliar naquela emergência, sem lhe ferir o amor próprio.

José Fernandes de Oliveira significou certo equilíbrio nas disputas políticas no seio da endogamia conquistense. Sua liderança evitou, ao menos, que os pleitos descambassem para conflitos fratricidas. Mas não evitava confrontos outros, a exemplo da “tragédia do tamanduá” ou “guerra do pau-de-espinho”.⁵

A morte do coronel Gugé, em 09 de agosto de 1918, quebrou o equilíbrio nas disputas políticas envolvendo membros da endogamia conquistense. A querela proporcionada pela rivalidade em torno do exercício de uma nova primazia conduziu a uma radicalização de atos, que atingiram o seu ápice no confronto armado entre duas facções políticas das parentelas conquistenses: os Peduros e os Meletes (Cf. SOUZA, 1999). Conquista foi cenário de grave conflito em janeiro de 1919, quando as duas tendências políticas rivais digladiaram pelo controle da municipalidade.

Na Primeira República, os agrupamentos políticos locais vinham do mesmo segmento social, composto por grandes proprietários rurais, membros da endogamia conquistense. Como já apontado anteriormente, eram evidentes as vinculações entre indivíduos de maior destaque na política conquistense do período, como Cel. Pompílio Oliveira Nunes, primo do Cel. Gugé, e Cel. Manoel

⁴ O tenente havia participado em 1837 do movimento liderado por Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira – a Sabinada – e evadiu-se de Salvador para não enfrentar a justiça militar. Refugiou-se no isolado sertão do Arraial da Vitória. Usou como disfarce o papel de professor particular, com o pseudônimo João da Silva Rego. Todavia, revelou-se para casar-se com Vitória de Oliveira Freitas, filha do Cel. Jacinto Fernandes Ribeiro e Faustina Gonçalves da Costa, tornando-se mais um forasteiro a integrar o tronco principal da endogamia conquistense. Após o Golpe da Maioridade, o tenente foi beneficiado pela anistia concedida aos participantes do movimento baiano. José Nunes Bahiense tornou-se, posteriormente, Juiz Municipal e Órfãos e, em 1850, foi nomeado diretor da estrada da Imperial Vila da Vitória a São Jorge dos Ilhéus, traçado que, grosso modo, seria a base para moderna rodovia Conquista-Ilhéus (Cf. VIANA, 1982, p.101-102).

⁵ Conflito armado envolvendo a família do Cel. Domingos Ferraz de Araújo e os filhos de Lourença de Oliveira Freire. Para vingar a morte de seus irmãos, Sergio e Gasparino, ocorrida em 17 de março de 1893, Calixto de Almeida Freire comandou um grupo de cerca de cem homens armados e dizimou mais de vinte pessoas da família Ferraz e Lopes Moitinho, em 20 de outubro de 1895. O episódio foi objeto de pesquisa de Isnara Pereira Ivo (2004).

Emiliano Moreira de Andrade (Maneca Moreira), líder da oposição juntamente com o Cel. Pompílio Nunes, afilhado do Cel. Gugé.

Manoel Fernandes de Oliveira (Maneca Grosso), autor de artigos publicados em defesa do grupo ligado ao Cel. Gugé e ferrenho crítico da oposição, era sobrinho de Gugé e cunhado de Maneca Moreira (SOUZA, 1999, p. 59). O Cel. Joaquim Correia de Melo foi primeiro intendente e, posteriormente, na gestão 1892 a 1896, era cunhado do Cel. Francisco Santos e pai de Ascendino dos Santos Melo (Dino Correia). Com maior ou menor proximidade de parentesco, a disputa pela liderança política e o controle das instâncias de poder municipal, não saía do âmbito da endogamia conquistense.

O grupo oposicionista liderado por Pompílio Nunes e Maneca Moreira, se sentiu mais fortalecido em 1914, quando o Dr. Antônio José de Araújo foi nomeado como Juiz de Direito em Conquista. O magistrado mudou-se com toda a sua família para a cidade, firmando residência em um palacete de propriedade de Maneca Moreira. Tal condição resultou em aproximação entre o juiz e a liderança oposicionista (SOUZA, 1999, p. 59).

Antônio José de Araújo mantinha um bom relacionamento com o governador do Estado, José Joaquim Seabra (SOUZA, 1999, p. 58). A amizade com alguém que tinha contatos com o governador, aparecia, para Maneca Moreira, como um atalho para galgar o controle da municipalidade e dos atributos de poder daí advindos (LEAL, 1997, p. 63-64). Em pouco tempo, o Juiz Antônio José Araújo passou a ser acusado de ter uma atuação que prestigiava o grupo do amigo. A contraposição à liderança de Gugé se transformou no incontido desejo de substituir o velho líder após sua morte. Quando da chegada do juiz, Gugé já beirava os setenta anos e despontava no horizonte o fim de sua era. Maneca Moreira se credenciava como substituto, sendo o mais rico proprietário, um legítimo membro da endogamia e, naquele momento, por intermédio do novo juiz, passara a ter um canal próprio com o governo estadual. O grupo situacionista tinha como contato o Chefe de Polícia, Álvaro Cova, mas tal contato era realizado em Salvador (SOUZA, 1999, p. 101).

Segundo Consuelo Novais Sampaio (1978), a política partidária no Estado da Bahia, durante a Primeira República, era formada por agremiações efêmeras, que se apegavam a personalidades de destaque – por exemplo, em torno de Rui Barbosa estavam os “ruístas”; em volta de José Joaquim Seabra, os “seabristas”; ligados a Miguel Calmon, os “calmonistas”. Naquelas agremiações partidárias se articulava um limitado número de eleitores, basicamente nos momentos eleitorais.

Em Conquista, os dois agrupamentos políticos existentes, no período de 1889 a 1919 – de um lado, o liderado pelos Santos/Fernandes de Oliveira e, do outro, o liderado pelos coronéis Pompílio Nunes e Maneca Moreira – a partir de 1914, se tornaram tendências locais de uma mesma agremiação político-partidária, o Partido Republicano Democrático da Bahia (SOUZA, 1999, p. 101-102).

O Partido Republicano Democrático da Bahia foi constituído em 1910, a partir da Junta Republicana pró-Hermes/Wenceslau. A articulação marcou rápida ascensão do seabrismo (grupo ligado a J. J. Seabra) na Bahia. Isso graças à vitória do Marechal Hermes da Fonseca e à consequente derrota da Campanha Civilista, que tivera à frente o jurista baiano Rui Barbosa, de quem J. J. Seabra era ferrenho

opositor em âmbito estadual e federal. Nos dias 28 a 30 de janeiro de 1912, ocorreram eleições para Governador. José Joaquim Seabra obteve em Conquista 588 votos, contra 71 votos do concorrente oposicionista Dr. Domingos A. Guimarães (VIANA, 1982, p. 482). Os eventos posteriores, na esfera estadual, são assim apresentados por Sampaio (1978, p. 25):

O partido seabrista deteve o poder na fase seguinte – partido dominante – que se estendeu de 1912 a 1922. Embora existissem outros agrupamentos menores – as facções severianista e marcelinistas do ex-P. R. B e o Partido Republicano Conservador, conduzido por Luiz Viana e que chegou a firmar acordo com aquelas duas facções – o partido seabrista foi o dominante. Mais do que as outras fases, esta, para revelar a realidade política, deveria ser a fase de domínio seabrista, porque nela as organizações partidárias revelaram claramente toda sua inconsistência. De início, o P. R. D. de Seabra identificou-se com o Partido de Pinheiro Machado e passou a chamar-se P. R. C. Depois do rompimento ostensivo de Seabra com Luiz Viana e com o Senador Gaúcho, o partido seabrista ficou sem nome, passando, sem qualquer mascaramento, a se encarnar no chefe. O partido de Seabra.

O *Democrata* – órgão oficial do PRDB – publicou no dia 1º de janeiro de 1918, a nomeação do Diretório do Partido em Conquista.⁶ A relação dos nomes incluía situacionistas e oposicionistas locais, fato justificado pela dominância do seabrismo no poder estadual. J. J. Seabra governou a Bahia de março de 1912 a março de 1916, sendo sucedido por seu aliado e correligionário Antônio Ferrão Muniz de Aragão, que governou de março de 1916 a março de 1920. Seabra voltou a governar o Estado no período de março de 1920 a março de 1924.

Na perspectiva de exercício de poder local, vinculado às possibilidades viabilizadoras da máquina do Estado, perspectiva à qual o coronelismo estava estritamente vinculado (LEAL, 1997, p. 63-64), não existiria possibilidade de vida política com exercício de poder nos doze anos de hegemonia seabrista senão no seio do próprio seabrismo. Aquela conjuntura política criou a contraditória situação em Conquista apresentada pelo *O Democrata*, em janeiro de 1918. Conforme Sampaio (1978, p. 32),

Seabra sempre manteve ao menos um veículo de comunicação como porta-voz de seu grupo político na Bahia. No período estudado, apresentavam-se como “órgãos oficiais” do seabrismo na Bahia os jornais *Gazeta do Povo* (1909-1916) e *O Democrata* (1916-1922).

A morte de José Fernandes de Oliveira Gugé quebrou a relativa tranquilidade que predominava nas disputas sucessórias no município de Conquista. A consequência imediata foi o rompimento da contraditória composição do diretório local do Partido Republicano Democrático da Bahia. Os membros

⁶ “Partido Republicano Democrata: A Comissão Executiva do Partido Republicano Democrata da Bahia, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Bases Orgânicas resolve nomear depois de ouvidas as influências locais, o seguinte directório dessa agremiação política no município de Conquista. Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé, Coronel Francisco Soares de Andrade, Coronel Paulino Fernandes de Oliveira, Major Leôncio Satyro dos Santos Silva, Major Cassiano Fernandes dos Santos Silva, Coronel Paulino Fonseca, Coronel Manuel Emiliano Moreira de Andrade, Coronel João Fernandes de Oliveira Santos, Coronel Antônio Dantas de Oliveira.

Bahia e sala de sessões da Comissão Executiva do Partido Republicano Democrata da Bahia, 31 de dezembro de 1917.

Dr. J. J. Seabra, Presidente; João Lopes Carvalho, vice-presidente; Frederico Augusto Rodrigues da Costa, 1º secretário; Lauro Lopes Villas Boas, 2º secretário; Dr. Antônio Pacheco Mendes; José Álvaro Cova; José Alfredo de Campos França; Carlos Alves Guimarães; Antônio Pessoa da Costa e Silva; José Baptista Marques; Dr. Pedro Tenório Carneiro de Albuquerque; Aurélio Gomes Ferreira Velloso. (*O Democrata*, Salvador, n. 485, p. 1, 1º jan. 1918).

que tradicionalmente faziam oposição ao grupo liderado por Gugé deixaram a representação local (SOUZA, 1999, p. 104). A recomposição do diretório conquistense do Partido Republicano Democrático da Bahia se deu em outubro de 1918, quando toda a dissidência foi excluída, o que deixou a seção local exclusivamente nas mãos dos antigos aliados de Gugé (SOUZA, 1999, p. 105).

As facções políticas na Conquista, entre os anos 1889-1919, eram igualmente oriundas da endogamia que controlava a cidade desde a sua fundação. A partir de 1912, passaram a se vincular, em âmbito estadual, ao grupo liderado a José Joaquim Seabra. Naquele contexto, o seabrismo era a força hegemônica na política baiana, controlando a máquina do Estado e inviabilizando o exercício do poder pelos grupos locais que ao seabrismo se opusessem. A disputa entre os grupos conquistenses era pelo controle da municipalidade e conseqüentemente pela relação privilegiada com a instância estadual (SOUZA, 1999, p. 105).

Orrico (1982) e Viana (1982) reconhecem em José Fernandes de Oliveira Gugé a maior e mais importante liderança do período de 1889 a 1930. Entretanto, devemos munirmos de cuidado, pois os dois textos, de caráter memorialista, tendem a abordagens penehas de elogios e pouco comprometidas com a produção de um conhecimento mais objetivo, estando muito mais preocupadas em glorificar indivíduos de destaque nas sociedades abordadas. Mesmo com ressalvas, não podemos deixar de reconhecer o peso da liderança do Cel. Gugé, pois, no período em que exerceu a liderança política no município de Conquista, as disputas entre os grupos rivais se deram dentro de certo limite de atitudes. O velho coronel detinha um forte respeito não apenas entre os seus aliados políticos, mas também entre os seus opositores, o que garantia uma relativa estabilidade na cidade. Era provavelmente dotado de carisma. No contexto da época, não chegaria a se enquadrar nos parâmetros da liderança carismática (WEBER, 1993), mas extrapolava o perfil dos seus pares no sertão.

O Cel. Francisco Santos era outra importante liderança na Primeira República, dotado de grande autoridade, todavia com menor relevância política, se comparado com a do seu correligionário, Gugé. O falecimento de Francisco Santos, em 1909, não significou nenhuma ruptura, tampouco uma quebra da estabilidade política, pois, a partir daquele momento, Gugé assumiu a condição de única grande liderança situacionista e preservou a tranquilidade da endogamia conquistense. Entretanto, o falecimento do líder, em agosto de 1918, abriu uma crise política incomparável na história da cidade. A querela pela primazia da liderança na endogamia conquistense, pelo controle do poder municipal e pelas facilidades decorrentes do contato privilegiado com o governo do estado da Bahia, trouxe momentos de extrema violência que duraram alguns anos, até que uma nova liderança, dotada de poder aglutinador e articulador, se afirmasse (SOUZA, 1999, p. 107-109).

Merecem destaque especial as curiosas denominações dos grupos políticos atuantes na Conquista de então. A facção oposicionista era denominada *melete*⁷ e a situação *peduro*⁸. Em relação a

⁷ A palavra dá nome a uma espécie de tamanduá existente no Sertão.

⁸ Expressão utilizada para rotular animais sem raça definida.

essas peculiares rotulações, é importante apresentar o relato feito a Aníbal Viana por Pedro Dantas Moreira, filho do Cel. Manoel Emiliano Moreira de Andrade:

Naquele tempo (1916 a janeiro de 1919) a política local era muito violenta entre a situação e a oposição. Um lado procurava por várias formas espezinhar o outro. Certo dia um amigo e correligionário do Cel. Maneca Moreira atravessava a antiga Rua Grande, montado em um bonito cavalo, conduzindo um melete (espécie de tamanduá) na garupa. Partidários do Cel. Gugé começaram a vaiar o cavaleiro e este já bastante irritado com a crítica disse: “os amigos do coronel Maneca Moreira são como os meletes que são bichos fortes, de coragem e quando agarram não soltam mais. Vocês são uns peduros de raça ruim, sem preço e sem valor”. Deste dia em diante os políticos partidários de Maneca Moreira ficaram com o nome de “meletes” e os do Cel., Gugé com o nome “peduro” (VIANA, 1982, p. 528-529).

Por outro lado, existe a possibilidade da rotulação dos situacionistas como peduros devido ao fato de as maiores fortunas de então, como as dos coronéis Maneca Moreira e Pompílio Nunes, estarem nas mãos de opositores, o que lhes possibilitava a aquisição de gado bovino de raça, destacadamente o zebu, para o aprimoramento genético dos plantéis (VIANA, 1982, p. 529). A resposta do aliado de Maneca Moreira às provocações dos aliados do Cel. Gugé poderia estar vinculada a esta vantagem econômica dos líderes opositores, que podiam adquirir matrizes de raça, enquanto os rebanhos dos situacionistas ficavam limitados ao gado catingueiro (peduro). Entretanto, essa possibilidade de análise não está respaldada em nenhum relato ou comentário acerca das denominações das facções. O relato apresentado por Aníbal Lopes Viana não foi alvo de nenhum questionamento, preservando-se como o único aceito (SOUZA, 1999, p. 110-11).

Nas querelas envolvendo peduros e meletes, tiveram papel especial os veículos de imprensa. O grupo opositor (meletes), liderado pelos coronéis Pompílio e Maneca Moreira, foi fortalecido com o apoio do Juiz de Direito da Comarca, o Dr. Antônio José de Araújo. Os filhos do citado juiz, Oscar Castro de Araújo (coletor estadual) e Alberto de Castro Araújo (agrimensor) – este último conhecido pela alcunha de “almirante” – juntamente com o Promotor Público Dr. Virgílio de Paula Tourinho, organizaram o veículo de comunicação do grupo, o jornal *O Conquistense*, que foi dirigido por Alziro Prates no período de 1915 a 1919. O grupo situacionista (peduros) organizou, sob a direção de Demonsthenes Alves da Rocha, o jornal *A Palavra* – fundado em junho de 1917 – por meio do qual, Manoel Fernandes de Oliveira (Maneca Grosso)⁹ divulgava os seus artigos, em defesa da situação e com fortes críticas à oposição (SOUZA, 1999, p. 111-112).

A morte de José Fernandes de Oliveira Gugé abriu uma grave crise. No cenário político local, não despontou nenhuma liderança, especialmente no grupo situacionista, capaz de unificar a endogamia conquistense. Isso motivou os líderes da oposição a promover ações incisivas pelo controle do poder na cidade. A recomposição da seção conquistense do Partido Republicano Democrático da Bahia, com apenas indivíduos vinculados aos peduros, acirrou o descontentamento do grupo opositor, que

⁹ Infelizmente só contamos com números dispersos daqueles veículos de comunicação, o que compromete seriamente qualquer análise acerca do período.

ficara totalmente alijado. Estabeleceu-se uma tensão na cidade, agravada pela presença de jagunços¹⁰ a serviço de figuras de destaque no âmbito municipal.

Na tentativa de evitar que a situação saísse do controle, o governador Antônio Ferrão Muniz de Aragão (seabrista), atendendo a pedidos do Dr. Agripino Borges¹¹ e do Intendente¹², nomeou para delegado do Termo de Conquista o tenente da Força Pública Júlio Manoel da Costa, que recebeu ordem do Chefe de Polícia Álvaro Cova (também seabrista) para prender os jagunços. Em outubro de 1918, o tenente prendeu, na feira da cidade, o jagunço Manoel de Arruda Barros, que era natural da cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina. O jagunço era protegido dos meletes, que articularam a sua libertação, quando ele foi transferido para Salvador.

O delegado, sentindo-se desmerecido e desrespeitado, sem força para o exercício da autoridade policial, renunciou ao cargo, entregando-o ao suplente de delegado Olímpio da Silva Costa (VIANA, 1982, p. 141-142). A saída do tenente Júlio Costa, acrescida da falta de força do novo delegado, gerou instabilidade social e política em Conquista. A oposição ruísta, que tinha como veículo de comunicação o jornal *Diário da Bahia*, apresentou, com argumentos dramáticos, a situação vivida pelos conquistenses no início de 1919. O clima de violência foi creditado à inoperância do Chefe de Polícia do governo.

Chegou a vez de Conquista.

Na cidade não há garantias depois da invasão dos bandidos. O governo tem providenciado nestes últimos dias para fazer seguir para Conquista um contingente de polícia a fim de socorrer um official e o destacamento local, presos por um grupo de bandidos para vingar a captura de um famigerado homicida, que, apesar de pronunciado até então estava em liberdade.

As últimas notícias recebidas daquela cidade dizem que a situação ali é muito grave, esperando-se o desenrolar de sérios acontecimentos.

O Sr. Álvaro Cova estava já avisado do que ia acontecer e a única providência que tomou foi mandar substituir o delegado de polícia, a pedido do Juiz Antônio de Araújo, o qual desde que ali chagou se constituiu presidente do 'soviet' que perturba a ordem daquela próspera cidade.

Cada chefe político tem um magote de facínoras que obedece cegamente às ordens, praticando assassínios, saques, etc.

O tenente que ora ali se encontra, a exemplo do que fez o tenente Mota Coelho em Jequié, começou a perseguir os bandidos, effectuando a prisão daquelles já pronunciados afim de envia-los para esta capital devidamente escoltados.

Essa acertada e louvável providência foi contrariar os chefetes políticos, discípulos do Sr. Muniz, os quaes se reuniram e resolveram armar a sua gente e em ação conjunta conflagrar Conquista, levando-os a sua ousadia ao ponto de atacarem o posto policial para darem fuga aos criminosos ali detidos e depois prenderem o official de polícia, que muito feliz será se escapar com vida.

Aguardamos notícias, que hão de nos informar certamente da reprodução de cenas de vandalismo de Pilão Arcado, Remanso, Brotas de Macaúbas.¹³

¹⁰ Homens armados, alguns criminosos foragidos, contratados para prestar segurança e/ou executar atos de violência a mando de indivíduos influentes.

¹¹ Peduro que havia assumido a presidência local do Partido Republicano da Bahia após a morte do Cel. Gugé.

¹² Leôncio Sátyro dos Santos Silva, genro do Cel. Gugé assumira o cargo em 1 de janeiro de 1916.

¹³ *Diário da Bahia*, 14 de janeiro de 1919, Anno LXIV, nº. 11, p. 1, Salvador.

Os meses de dezembro de 1918 e janeiro de 1919 foram marcados pelo ápice da disputa entre os dois grupos em torno da liderança e do controle da municipalidade. O jornal *O Conquistense* continuava criticando os peduros; *A Palavra* os defendia, ao mesmo tempo que, por meio dos artigos de Manoel Fernandes de Oliveira (Maneca Grosso), acusava o juiz Antônio José de Araújo de ser o responsável pela situação de instabilidade. No dia 23 de dezembro de 1918, Maneca Grosso publicou o seu último e mais ríspido artigo contra o juiz, marco do início das disputas mais acirradas (SOUZA, 1999, p. 113-114).

No dia 2 de janeiro de 1919, Manoel Emiliano Moreira de Andrade fez distribuir panfletos pela cidade, especialmente na feira livre (ORRICO, 1982, p. 61). Nos panfletos, dos quais não foi possível nenhum exemplar, os meletes eram orientados a não pagar impostos municipais e a eles eram dadas garantias de proteção. Esta foi a primeira ação ofensiva dos meletes no sentido de tornar inviável a administração municipal controlada pelos peduros. A tática dos meletes consistia em desestabilizar o governo do Intendente Leôncio Santos. No decorrer do dia 2 de janeiro, Maneca Moreira – contando com jagunços armados – se contrapôs ao Intendente Leôncio Satyro dos Santos e à força policial local. Segundo Viana (1982, p. 141),

A corrente situacionista, chefiada pelo Dr. Agripino Borges, procurava evitar luta armada e vários foram os entendimentos para que fosse realizada uma conciliação. Os meletes exigiam a renúncia do Intendente Leôncio Santos e ameaçavam depô-lo caso não renunciasse.

Aborrecido com os acontecimentos, em 3 de janeiro, o Intendente entregou a direção da municipalidade ao presidente do Conselho Municipal, Sr. Francisco Costa (ORRICO, 1982, p. 61). Em 5 de janeiro, enquanto se deslocava para a sua fazenda (Baixa do Arroz), situada a 18 Km a oeste da sede do Município, Manoel Fernandes de Oliveira (Maneca Grosso) foi atacado por jagunços e espancado violentamente.¹⁴ Provavelmente, a ação foi uma represália ao cáustico artigo de 23 de dezembro do ano anterior. O artigo, somado à ousada investida de Maneca Moreira e ao atentado contra Maneca Grosso, construiu o palco para a encenação de uma tragédia sertaneja (ORRICO, 1982, p. 65).

Naquele cenário, passou a atuar Ascendino dos Santos Melo – Dino Correia – membro do Diretório local do Partido Republicano Democrático da Bahia, um peduro, filho do Cel. Joaquim Correia de Melo (primeiro intendente do período republicano¹⁵ e aliado dos coronéis Francisco Santos e Gugé), que estudara na escola de Maneca Grosso. Dino Correia recebeu os informes dos acontecimentos de 5 de janeiro, acrescidos da avaliação de que, após a renúncia do Sr. Leôncio Satyro, a cidade se encontrava em desordem, pois a força policial local estava dispersa e desprovida de qualquer disciplina, enquanto os jagunços, a serviço dos meletes, estavam agindo com desenvoltura.

De posse de tais informes, Dino Correia resolveu mobilizar aliados em armas para se contrapor aos meletes, que, na sua visão, estavam controlando a cidade e usurpando a municipalidade (ORRICO,

¹⁴ Maneca Grosso era diabético e morreu devido às sequelas de tal episódio no dia 11 de fevereiro de 1919.

¹⁵ Dino Correia voltou a ocupar a intendência no período de 1892 a 1896 e fizera parte do *Colegiado Municipal* no período anterior ao regime republicano.

1982, p. 65). A imprensa ruísta do *Diário da Bahia* continuava a usar os acontecimentos em Conquista como munição contra a administração de Antônio Ferrão Muniz de Aragão, tendo como alvo principal Álvaro Cova, o Chefe de Polícia. O jornal oposicionista da capital enfatizava a ação do Juiz Araújo, não dando importância à atuação das lideranças políticas locais.

A área central da cidade, a Rua Grande – extensa praça que descia a partir da igreja matriz – encontrava-se estrategicamente ocupada por homens armados de ambas as facções políticas no dia 19 de janeiro.¹⁶ Não existem registros exatos de quantos homens em armas se faziam presente, mas, incluindo os dois grupos, segundo relatos diversos expostos por Orrico (1982) e Viana (1982), mais de cem homens foram envolvidos, jagunços em sua maioria.

A estratégia da investida dos peduros era a retirada do Juiz Antônio José de Araújo, acusado pelos situacionistas de ser o mentor intelectual da investida desestabilizadora do poder municipal executada por Maneca Moreira, de ser o mandante do atentado contra Maneca Grosso e, em suma, de ser o responsável pela situação caótica em que Conquista se encontrava. O Juiz recusava-se a deixar a cidade e a defesa do aliado havia se tornado uma questão de honra para Maneca Moreira, o que, na sua ótica, justificava a mobilização dos homens sob o seu comando.

Uma investida do filho do Juiz Alberto Araújo – o “almirante” – contra uma trincheira dos peduros, situada no início da Rua das Flores¹⁷, deflagrou os tiroteios, que duraram todo o dia 20 de janeiro de 1919. Em 21 de janeiro, o isolamento estratégico – as trincheiras peduras estavam mais bem posicionadas – e a morte de um partidário, o fazendeiro Teotônio Andrade – parente de Maneca Moreira – levou a um arrefecimento dos ânimos entre os meletes.

Os peduros estavam com maiores recursos de resistência, o que lhes permitiu estabelecer as pré-condições para um armistício. A pré-condição básica apresentada aos meletes para a aceitação da rendição, era a retirada do Juiz Antônio José de Araújo, ridicularizado publicamente, tendo um boi por montaria. Maneca Moreira não aceitou tal humilhação para o seu aliado. O desfecho foi antecipado pela intervenção das senhoras Laudicéia Gusmão, Henriqueta Prates¹⁸, Joana Angélica Santos¹⁹ e Euflozina Maria de Oliveira, respeitadas matriarcas de famílias formadoras da endogamia conquistense.

Compuseram a comissão apaziguadora os senhores Agripino Borges, José Maximiliano Fernandes de Oliveira, Cel. Deraldo Mendes Ferraz, Major Belizário Mendes e os médicos Crescêncio Silveira e Nicanor Ferreira, homens que gozavam de respeito e tráfego livre entre as duas facções (VIANA, 1982, p. 147). Depois de contatos da comissão apaziguadora com os líderes das facções, foram fixadas as condições para o encerramento do conflito armado, como expõe Orrico (1982, p. 72): “O Dr. Juiz deixará a cidade no dia seguinte (22 de janeiro de 1919); viajará em animal de sela, não se submetendo à vexatória montada no boi; Maneca Moreira entregará todas as suas armas”.

¹⁶ Os peduros assumiram posições táticas, cercando os posicionamentos dos meletes.

¹⁷ Atuais ruas Góes Calmon, entre o templo da Primeira Igreja Batista e a Casa de Saúde São Geraldo.

¹⁸ Mãe de Leôncio Satyro dos Santos, intendente de posto.

¹⁹ Viúva do Cel. Gugé, tia de Ascendino Melo e madrinha de Maneca Moreira.

O acordo foi cumprido. Para dar garantias, Antônio José de Araújo foi acompanhado até Poções²⁰ pela Sra. Laudicéia Gusmão. Posteriormente, o juiz fixou-se na cidade de Santo Antônio de Jesus. Maneca Moreira, derrotado em Conquista, transferiu sua residência para Poções, onde foi prefeito, anos depois. Ascendino dos Santos Melo foi nomeado Intendente Municipal de Conquista pelo governador do Estado Antônio Muniz. O Dr. Virgílio de Paiva Tourinho, promotor da Comarca, mudou-se para Jequié, onde fez carreira política, tornando-se prefeito no período de 1934 a 1937. Joaquim Martins Bastos, o Tabelião de Notas, foi substituído pelo ex-Intendente Leôncio Satyro dos Santos em 20 de maio de 1919 (VIANA, 1982, p. 148).

A vitória dos peduros afirmou o controle desse grupo na política conquistense; todavia, não representou a afirmação de uma nova liderança na cidade nos moldes do Cel. Gugé, o que levou vários indivíduos, ao longo das duas décadas seguintes, a buscar, em diferentes momentos, a condição de primazia na liderança política em Conquista.

Mesmo o armistício tendo sido firmado no dia 22 de janeiro, foram publicados no jornal oposicionista *Diário da Bahia* dois artigos – “Os Sertões abandonados” e “Conquista vae mal” – respectivamente nos dias 24 e 25 do primeiro mês do ano. Em entrevista do Dr. Alexandre Affonso de Carvalho, contida no primeiro artigo, encontramos um relato que denunciava os métodos violentos existentes em Conquista, bem como o caráter endogâmico da cidade e as vinculações dos chefes locais com jagunços.

O relato do médico tem um conteúdo de oposição ao seabrismo – se não o fosse não constaria na imprensa ruísta-, entretanto permeado por simpatias à corrente pedura da política conquistense. As semelhanças do discurso contido no artigo “Conquista vae Mal” com o artigo de Maneca Grosso, publicado em *A Palavra* em 25 de dezembro de 1918, suscitaram duas possibilidades: a primeira a de colaboração de Maneca Grosso com o *Diário da Bahia*; a segunda, de utilização do jornal sertanejo como fonte do diário soteropolitano.

Apenas no dia 26 de janeiro o armistício foi divulgado na capital baiana, no mesmo jornal, por meio do artigo “A paz voltou a Conquista”. O nome do juiz Antônio José de Araújo foi apresentado de forma invertida (José Antônio de Araújo) e o personagem foi responsabilizado pelos episódios ocorridos em Conquista. A culpa de Maneca Moreira foi amenizada, sendo ele apresentado como uma vítima das articulações maldosas do juiz. A postura do jornal da capital pode ser creditada ao desejo da oposição soteropolitana de criar vínculos com as bases do grupo governista no interior do Estado. O número de homens envolvidos foi apresentado de forma exagerada e a retirada do juiz foi falsamente apresentada como uma fuga para destino ignorado, quando todos sabiam o seu destino.

As raras notícias sobre a região sertaneja em questão denunciam a falta de conhecimento acerca de zonas do interior. No artigo “Conquista vae mal”, o Dr. Agripino Borges foi apresentado como um novo delegado que chegava a Conquista, e não como uma das lideranças políticas envolvidas nas querelas

²⁰ Cidade a cerca de onze léguas ao norte de Conquista.

loais. Parte das contradições e equívocos do jornal pode ser creditada à utilização das notícias a serviço dos objetivos políticos; mas a demora das publicações e os erros óbvios, evidentes aos olhos dos conhecedores da região, apontam para a falta de conhecimento objetivo sobre as regiões interioranas por parte dos profissionais de imprensa de Salvador (SOUZA, 1999, p. 119-121).

O comando dos peduros na vitória sobre os meletes, em janeiro de 1919, credenciou Ascendino Melo (Dino Correia) ao papel de liderança em Conquista. No dia 12 de fevereiro de 1919, o governador Antônio Ferrão Muniz de Aragão nomeou o Major²¹ Ascendino Melo dos Santos para o cargo de Intendente, em complementação do mandato do Leôncio Satyro dos Santos (VIANA, 1982, p. 220).

O mandato findou em 31 de dezembro do mesmo ano. Em 1º de janeiro de 1920, o Dr. Jesulindo de Oliveira assumiu a Intendência, por ser na época o Presidente do Conselho Municipal. Entretanto, os planos foram modificados, pois, em meados de janeiro de 1919, Ascendino dos Santos Melo foi novamente nomeado Intendente pelo governador para exercer o mandato no biênio 1920-1922. No dia 22 de agosto, ocorreu a eleição que confirmou Dino Correia, candidato único, no cargo. O Major governou a cidade até dezembro de 1921, quando foi sucedido pelo Cel. Paulino Fonseca, eleito intendente no dia 13 de novembro de 1921 e tendo tomado posse em 1º de janeiro de 1922 (VIANA, 1982, p. 220).

Ao final do mandato, Ascendino dos Santos Melo retornou para a sua atividade de pecuarista na região de Macarani.²² Paulino Fonseca²³, seu sucessor, era comerciante local, correspondente do Banco do Brasil e representante de firmas comerciais de Salvador e do Rio de Janeiro; antes, porém, era, também, fazendeiro. Sobre Paulino Fonseca, afirma Viana: (1982, p. 270):

Não era homem político no sentido mais amplo da palavra, porém, para satisfazer aos amigos políticos, exerceu o cargo de Conselheiro Municipal e o de Intendente eleito em novembro de 1921 como candidato único do povo conquistense, tendo, porém, renunciado ao cargo no segundo ano de administração por ‘questão de coerência com seus princípios e consigo mesmo por não se submeter às exigências dos companheiros políticos’.

Não foram localizados registros ou relatos que neguem o relato de Viana, sendo verídico o perfil traçado por Viana acerca do Cel. Paulino Fonseca como uma pessoa que não se envolvia diretamente com as questões políticas, em uma conjuntura de inexistência de alguém que houvesse se firmado na liderança política da cidade. Paulino Fonseca foi candidato de consenso e sua indicação prorrogou as disputas mais acirradas entre os pretendentes à condição de líder político da endogamia conquistense para um momento posterior (SOUZA, 1999, p. 129).

²¹ Posto que ocupava na Guarda Nacional.

²² Mesmo afastado da política na sede do município, o Major Ascendino dos Santos Melo ainda teve participação marcante em dois importantes episódios: na emancipação política do arraial do Verruga - que foi elevado a município em agosto de 1927 - e no combate ao grupo de jagunços liderados por Olímpio de Carvalho (1925). Por não serem questões decisivas na construção de uma nova liderança hegemônica em Conquista, tais episódios não serão aqui abordados. Ascendino Melo faleceu no dia 1º de novembro de 1928.

²³ Paulino Fonseca foi mais legítimo representante da endogamia conquistense. Nascido em julho de 1880, era neto do Alferes de Ordenanças João José de Souza Fonseca, que em 1815 era administrador dos bens da Igreja e homem de confiança do Capitão Antônio Dias Miranda, filho do Cel. João Gonçalves da Costa, o fundador da cidade.

Antônio Agripino da Silva Borges, que assumiu a condição de Presidente do Conselho Municipal, com a renúncia de Paulino Fonseca, completou o biênio administrativo 1922-1923. No processo eleitoral de novembro de 1922, foi sufragado para uma cadeira no Legislativo Estadual, sendo reeleito, em 1924, para uma segunda legislatura. Em Conquista, o Dr. Borges havia despontado como uma das lideranças após a morte do Cel. Gugé (agosto de 1918), ao ocupar a posição de Presidente do Diretório local do Partido Republicano Democrata da Bahia, quando se deu a recomposição daquela agremiação em outubro de 1918, após a saída do grupo oposicionista liderado por Maneca Moreira. Nomeado Delegado de Polícia pelo governador Antônio Muniz, em substituição ao Tenente Júlio Costa (1919), tornou-se Conselheiro Municipal, Intendente e Deputado Estadual. Reuniu, em poucos anos, um currículo digno de uma liderança, o que aparentemente pode dar-lhe um perfil de novo chefe político local.

Dr. Borges não se enquadrou nas mudanças políticas ocorridas no Estado a partir de 1924. Permaneceu seabrista na nova conjuntura, na qual J. J. Seabra perdeu espaço. Na política local, novas lideranças despontaram e com maior capacidade de articulação na nova conjuntura baiana. A combinação dos novos elementos conjunturais minou a liderança de Agripino Borges (DANTAS; FONSECA; MEDEIROS, 1995, p. 19). Ao término da segunda legislatura, Dr. Borges se afastou da política conquistense, firmando residência, a partir de março de 1927, na vizinha cidade de Poções.²⁴

Após a guerra, a peste. Em 1919, meses após a disputa armada entre peduros e meletes, Conquista foi atingida por uma epidemia de varíola. Atendendo às solicitações do Intendente Ascendino dos Santos Melo, o governador Antônio Ferrão Muniz de Aragão nomeou um jovem médico para combater o surto da enfermidade. Tratava-se do Dr. Luiz Régis Pacheco Pereira, que chegou à cidade em abril de 1922. Residiu inicialmente na casa do Intendente (DANTAS; FONSECA; MEDEIROS, 1995, p. 14) e fez amizade com Otávio Santos²⁵. Conforme Dantas, Fonseca e Medeiros (1995, p. 17),

Terminada a epidemia, Conquista inteira protestava eternos agradecimentos ao seu benfeitor, pedindo-lhe, reiteradamente, que aqui se demorasse, que para sua residência escolhesse esta terra. [...] Fez-se logo, o Dr. Régis Pacheco o mais procurado clínico em Conquista.

No dia 1º de maio de 1922, Régis Pacheco casou-se com Enerina Fernandes Pacheco Pereira, filha do Cel. João Fernandes de Oliveira Santos e dona Sibéria Fernandes Ribeiro (DANTAS; FONSECA; MEDEIROS, 1995, p. 18). Com o casamento, Dr. Régis passou a integrar o tronco dominante da endogamia conquistense, os Fernandes de Oliveira/Santos.

Médico, coisa rara na região naqueles dias, com a simpatia popular angariada por meio da prática médica, valorizada pelo êxito no combate à epidemia de varíola, e integrado à endogamia por meio do casamento, o Dr. Régis Pacheco, passou a dispor de elementos fundamentais para despontar como uma

²⁴ Faleceu na Casa de Saúde São Geraldo, em Vitória da Conquista, no dia 25 de março de 1969.

²⁵ Otávio Santos era filho de José Satiro dos Santos, portanto, irmão de Leôncio Satyro dos Santos (ex-intendente e genro do falecido Cel. Gugé). Era um jovem de 30 anos que havia sido eleito conselheiro municipal em 23 de novembro de 1919.

liderança de peso em Conquista, o que ficou demonstrado com a demanda pelo seu nome por parte de políticos locais:

Os Srs. Paulino Fernandes Oliveira Gugé, Zeferino Correia de Melo e outros cavalheiros de elevado destaque não cessavam de insistir, convocando várias reuniões, em que se procurava convencer ao ilustre médico a conveniência de aceitar o convite (DANTAS; FONSECA; MEDEIROS, 1995, p. 18)

No decorrer de 1923, o jovem médico passou a atuar de forma destacada na política conquistense, sendo candidato a intendente pela Concentração Republicana de Conquista, articulação oposicionista local, criada em contraposição ao situacionismo seabrista, que era representado, na região, pelo então Deputado Estadual Antônio Agripino Borges. A candidatura foi apresentada repleta de elogios pelo seu biógrafo, Euclides Dantas:

Assim é que o Dr. Régis Pacheco, vencido pela vontade dos seus amigos e levado pelo desejo de concorrer para a restauração de costumes com favor de melhores dias de paz, de tolerância, de respeito mútuo, o Dr. Régis Pacheco aceita a incumbência, com algumas restrições. (...) Não quisera jamais, assumir a chefia. (...) Aclamado Presidente da Concentração Republicana de Conquista, o Cel. Zeferino Correia de Melo, ao Dr. Régis Pacheco foi concedido o posto imediato, dando-se-lhe toda a consideração devida e ouvindo-lhe com acatamento igual ao se presta a um chefe (DANTAS; FONSECA; MEDEIROS, 1995, p. 20).

No pleito de novembro de 1923, saiu vitorioso o Cel. Justino da Silva Gusmão, candidato situacionista articulado com o Deputado Estadual Agripino Borges (DANTAS; FONSECA; MEDEIROS, 1995, p. 22-25). Nascido no dia 23 de novembro de 1879, Justino da Silva Gusmão foi aliado do Cel. Gugé e havia sido eleito Conselheiro Municipal em 9 de novembro de 1919. Eleito em 1923, governou a cidade no biênio 1924-1925. Em 1927, conciliou-se com Dr. Régis Pacheco apoiando a candidatura de Otávio Santos a intendente. Foi preso por cinco dias em 1932, juntamente com Régis Pacheco. Ambos foram acusados de apoiar a Revolução Paulista, que havia eclodido em 9 de julho. Justino Gusmão foi eleito vereador pelo Partido Autonomista, cujo chefe local era Régis Pacheco. Faleceu no dia 5 de outubro de 1936 (VIANA, 1982, p. 243-345)

Decorridos doze anos de hegemonia no Estado, o seabrismo dava mostras de exaustão, o que ficava demonstrado com as divergências entre J. J. Seabra e o presidente da República Artur Bernardes. O fortalecimento da oposição na Bahia foi reconhecido pelo próprio Seabra, quando este, inicialmente, aceitou apoiar um nome fora do seu grupo político como candidato a governador, o Dr. Francisco Marques de Góes Calmon. O grupo situacionista conquistense, fiel ao seabrismo, também apoiou a candidatura de Góes Calmon. Entretanto,

Como é sabido, em véspera das eleições governamentais o Dr. José Joaquim Seabra, num gesto memorável, rompeu com a candidatura Góes Calmon. [...] Em face ao rompimento Seabra-Calmon, a oposição local de Conquista deliberou também apoiar o candidato Francisco Marques de Góes Calmon (DANTAS; FONSECA; MEDEIROS, 1995, p. 26).

A eleição de Góes Calmon, em 1924, marcou o final da hegemonia seabrista no Estado e abriu caminho para uma maior centralização política nos anos finais da Primeira República, especialmente com a fundação do segundo Partido Republicano da Bahia, processo apresentado por Sampaio (1978, p. 26):

Nos últimos anos da República Velha, o unipartidarismo foi restaurado. O executivo atraiu à sua sorte os diversos poderes locais que atuavam isolada e inconsistentemente. Acelerou a marcha para a centralização do poder. O segundo P. R. B., fundado em 1927, foi o instrumento utilizado. A política do clientelismo foi formalizada e surgiu, então, mais burilada, pela participação crescente de jovens bacharéis nos postos legislativos e administrativos do Estado. O governador Góes Calmon (1924-1928), financista e advogado, imprimiu uma mentalidade empresarial não só no setor econômico, mas também no setor político da sociedade.

De modo diverso aos seus irmãos Antônio e Miguel, que foram políticos ao longo da Primeira República, Francisco Marques de Góes Calmon, a princípio, atuou como jurista e financista, preservando distanciamento da política. Já na meia idade se inseriu em uma disputa eleitoral, sendo o mandato de governador no quadriênio 1924-1928 o primeiro por ele exercido.

As articulações políticas em Conquista na década de 1920 estavam inseridas na conjuntura política baiana. O surgimento de um grupo oposicionista em 1923 foi um indício do enfraquecimento da hegemonia seabrista na política estadual. A disputa entre Régis Pacheco, da Concentração Republicana de Conquista, e Justino Gusmão, do Partido Republicano Democrático da Bahia, foi a representação local do quadro político estadual:

Verificou-se, a seguir, o retorno ao bipartidarismo com dissidência, fruto da candidatura de Francisco Marques de Góes Calmon ao governo do Estado. Duas organizações partidárias se conflitavam: o P. R. D., que congregando os seabristas, surgia agora dividido em duas facções – os seguidores de Antônio Moniz e os do Coronel Frederico Costa; e a Confederação Republicana da Bahia (C. R. B.), que, arregimentando as forças oposicionistas, manifestava duas tendências – a **calmonista** (Miguel Calmon) e a mangabeirista (Octávio Mangabeira). A instalação do governo de Góes Calmon, passou o executivo a liderar a corrente calmonista (SAMPAIO, 1978, p. 25).

Ao término do mandato do Intendente Justino da Silva Gusmão (1925-1925), foi articulado um novo acordo no seio da endogamia conquistense, sendo lançado como candidato único para administrar a comuna sertaneja, no período 1926 a 1927, Paulino dos Santos Silva. A nova unificação da endogamia conquistense “coincidiu” com a articulação e a consolidação do unipartidarismo do Partido Republicano da Bahia, controlado pelo então governador Góes Calmon.

Manteve-se o velho pragmatismo do coronelismo, de sempre ficar com o governo. Esse vínculo foi preservado pelos líderes da endogamia conquistense até o final da Primeira República. Pedro Lago, candidato oficial (e único) ao governo do Estado, visitou Conquista em campanha no ano de 1930, quando foi recebido pelos líderes locais – em destaque, Dr. Régis Pacheco – e por cerca de cinco mil populares.

Leal aborda tal pragmatismo político com maestria. Aqui se faz necessária uma longa citação de um trecho de sua obra-prima:

A rarefação do poder público em nosso país contribui muito para preservar a ascendência dos ‘coronéis’, já que, por esse motivo, então em condições de exercer, extraoficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes. [...] Ainda assim, como a organização agrária do Brasil mantém a dependência do elemento rural ao fazendeiro, impedindo o contato direto dos partidos com essa parcela notoriamente majoritária do nosso eleitorado, o partido do governo estadual não pode dispensar o intermédio do dono de terras. (...) Sabe, por isso, o ‘coronel’ que a sua independência só lhe traria desvantagens: quando, ao contrário, são boas as relações entre o seu poder privado e o poder instituído, pode o ‘coronel’ desempenhar, indisputadamente, uma larga parcela de autoridade pública. E assim nos parece este aspecto importantíssimo do ‘coronelismo’, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. [...] É claro portanto, que os dois aspectos - o prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga - mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. [...] Em todos esses graus da escala política impera, como não podia deixar de ser, o sistema de reciprocidade, e todo o edifício vai assentar na base, que é o ‘coronel’, fortalecido pelo entendimento que existe entre ele e a situação política dominante em seu Estado, através dos chefes intermediários. [...] Com chefe local – quando amigo – é que se estende o governo do Estado em tudo quando respeite aos interesses do município. Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professores primários, coletor, funcionário da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc. [...] A influência do chefe local nas nomeações atinge os próprios cargos federais, como coletor, agente do correio, inspetor de ensino secundário e comercial etc. e os cargos das autarquias (cujos quadros de pessoal têm sido muito ampliados), porque também é praxe do governo da União, em sua política de compromisso com a situação estadual, aceitar indicações e pedidos dos chefes políticos nos Estados. [...] A lista de favores não se esgota os de ordem pessoal. É sabido que os serviços públicos do interior são deficientíssimos, porque as municipalidades não dispõem de recursos para muitas de suas necessidades. [...] O critério mais lógico, sobretudo por suas conseqüências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos. [...] O apoio oficial revela-se ainda precioso no capítulo das despesas eleitorais, que os chefes locais não podem custear sozinhos, embora muitos se sacrifiquem no cumprimento desse dever. [...] Assumem relevo especial as figuras do delegado e do subdelegado de polícia. A nomeação dessas autoridades é de sumo interesse para a situação dominante no município e constitui uma das mais valiosas prestações do Estado no acordo político com os chefes locais. [...] A regra é o recurso simultâneo ao favor e ao porrete. Recorre-se à violência, quando outros processos são mais morosos, ou ineficazes, para o fim visado. [...] A situação de oposicionista, no âmbito municipal é tão desconfortável que a regra é ficar na oposição somente quem não pôde ficar no governo. [...] As correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas o que pretende é obter as preferências do governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não-governista: batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar. [...] Da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar (LEAL, 1997, p. 63-70).

Um novo contexto político se afirmou na Bahia a partir de 1923, marcado pelo final da dominância do Partido Republicano Democrático da Bahia, liderado pelo Dr. José Joaquim Seabra; pela transição para o monopartidarismo; pelo bipartidarismo com dissidência entre o PRDB e a Concentração

Republicana da Bahia; pela consolidação do monopartidarismo do Partido Republicano da Bahia, controlado pelo calmonismo e com maior espaço para os jovens doutores e bacharéis na política.

Em Conquista, os dois chefes políticos que emergiram do triunfo dos peduros nas acirradas disputas de 1918 e 1919 não se integraram ao novo contexto. Ascendino dos Santos Melo (Dino Correia) se retirou do centro da política do município ao final do seu mandato como intendente, em 31 de dezembro de 1922, passando a se envolver, fundamentalmente, com questões pertinentes ao arraial do Verruga – futura Itambé – e à atividade de pecuarista. Agripino Borges não se adaptou às mudanças da política estadual, permanecendo seabrista caiu no isolamento, enquanto se processava a articulação da endogamia conquistense com a nova hegemonia estadual, a calmonista. Agripino Borges se retirou da política conquistense ao final da sua segunda legislatura estadual, em 1927.

A nova conjuntura política estadual foi mais bem aproveitada por Luiz Régis Pacheco Pereira. Como pouquíssimos na Conquista dos anos 20, contava com uma formação superior. Como já foi dito, apesar de só exercer o seu primeiro mandato legislativo em 1946, o Dr. Régis Pacheco se enquadrava perfeitamente no perfil do político emergente no período calmonista, apresentado por Consuelo Sampaio (1978, p. 163-164):

Em termos amplos, poder-se-ia concluir que o recuo do coronelismo resultou, em contrapartida, no avanço do bacharelismo. Não que constituíssem forças antagônicas; bem ao contrário, uma completava e consolidava a outra. Os jovens doutores e bacharéis eram elementos de uma nova geração, mais vibrantes, detentores de forte poder persuasivo, graças ao melhor domínio da palavra. Eram os porta-vozes, os elementos intermediários entre as elites políticas locais e o executivo, na conquista de empregos e favores de cunho pessoal, bem como na defesa dos municípios que representavam no legislativo. De formação tipicamente urbana, ainda que vinculados à velha ordem, por relações de parentesco e amizade, não contavam os jovens doutores com uma força eleitoral própria. Dos chefes políticos locais dependiam os votos que os reconduziam ou não ao Legislativo.

A projeção política dos doutores e bacharéis também foi objeto de análise de Leal, que considerou o fenômeno como integrado ao contexto do coronelismo

Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos ‘coronéis’. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis” (LEAL, 1997, p. 41).

A afirmação da liderança do Dr. Régis Pacheco, produto dos elementos já relacionados, foi demonstrada gradativamente pela ocupação de espaços na sociedade conquistense: foi o candidato da Concentração Republicana de Conquista em novembro de 1923; foi eleito Conselheiro Municipal em 1925 e, como Presidente do Conselho, completou o mandato de Paulino Santos, que havia renunciado em 1927; em 1926, foi eleito vice-presidente da primeira Associação Comercial de Conquista²⁶; entre 1927 e 1928, exerceu a condição de Provedor da Santa Casa de Misericórdia; no ano de 1930, ocupava,

²⁶ Ele havia comprado a Farmácia Oliveira.

mais uma vez, a condição de Presidente do Conselho Municipal, era Vice-Presidente do Diretório do Partido Republicano da Bahia, sócio fundador da Associação dos Fazendeiros e Agricultores do Sertão e do Sudoeste Baiano e Presidente da Diretoria do primeiro Tiro de Guerra.

REFERÊNCIAS

DANTAS, E.; FONSECA, H. J.; MEDEIROS, R. H. A. Régis Pacheco 1895-1897: esboços biográficos. *Memória Conquistense*, Vitória da Conquista, n. 1, 1995.

IVO, I. P. *O anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

ORRICO, I. A. *Mulheres que fizeram História em Conquista*. Vitória da Conquista: Bahia Artes Gráficas, 1982.

PANG, E. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RESENDE, P. E. A. *A República sem povo*. São Paulo: Educ, 1989.

SAMPAIO, C. N. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1978.

SOUZA, B. J. *Arreios, currais e porteiras: uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

TANAJURA, M. *História de Conquista: crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

VIANA, A. L. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista: Gráfica de *O Jornal de Conquista*, 1982.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.

Data de submissão: 28/12/2021
Data de aprovação: 30/01/2022